



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

MPCDF

Proc.:
20.019/2017-e

PARECER: 366/2021–G3P/DA.

ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 20.019/2017-e.

EMENTA: 1. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. NOVACAP. EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/13-ASCAL/PRES. APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO PREJUÍZO CAUSADO AO ERÁRIO DISTRITAL EM VIRTUDE DE SUPERFATURAMENTO NA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO LOTE 9, OBJETO DO CONTRATO Nº 573/2013. DECISÃO Nº 2151/2020. ALEGAÇÕES DE DEFESA PARCIALMENTE PROCEDENTES. EMPRESA JFR CONSIDERADA REVEL. CIENTIFICAÇÃO DA EMPRESA JFR PARA RECOLHIMENTO DO DÉBITO. **NÃO RECOLHIMENTO DO DÉBITO.**
2. ÁREA TÉCNICA SUGERE O **JULGAMENTO IRREGULAR DAS CONTAS. NOTIFICAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DO DÉBITO. APLICAÇÃO DE SANÇÃO.**
3. PARECER CONVERGENTE DO PARQUET DE CONTAS.

1. Retornam ao Ministério Público de Contas os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apuração de responsabilidades por prejuízos verificados nas obras da Primeira Etapa do Programa Asfalto Novo decorrentes da contratação e execução do Lote 9, objeto do Contrato n.º 573/2013, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOCAVAP e a empresa JFR – Engenharia e Construções Ltda.

2. Em etapa processual anterior o Tribunal, por meio da Decisão nº 2.151/2020¹, assim deliberou:

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) das alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Fábio Rossignoli Marques e André Luiz Oliveira Vaz (fls. 63/204 e 205/286, ambas da Peça nº 47, e-DOC 18BA4DFE) em atenção às citações determinadas no item VI-c da Decisão nº 2138/2017; b) das respectivas análises de mérito realizadas na Nota Técnica nº 17/2019-DIFO (fls. 3/115 da Peça nº 49, e-DOC 797106D5); c) da Informação nº 6/2020 – Secont/3ª Dicont (e-doc E97F0D1D-e); d) da Informação nº 9/2020-SECONT (71D30F77-e, Peça nº 51); e) do Parecer nº 304/2020-G3P (FD4B67C9-e, Peça nº 52); II – nos termos do parágrafo 3º do art. 13 da LC nº 1/94, considerar revel a empresa JFR — Engenharia e Construções Ltda.; III – considerar, no mérito, parcialmente procedentes as alegações de defesa apresentadas: a) pelo Sr. Fábio Rossignoli Marques,

¹ e-DOC 0BB7A6E0 (Peça 54)
GP1P-XVIII



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

MPCDF

Proc.:
34309/2016-e

*isentando-o da responsabilidade que lhe fora atribuída inicialmente nos autos, tendo em vista o excludente a ele aplicado com base no entendimento que ele seguiu orientação da empresa para uso do sistema NOVACAP que não permitia modificação da composição de custos; b) pelo Sr. André Luiz Oliveira Vaz (fiscal da obra); IV – **cientificar**, com fulcro no art. 13, § 1º, da LC n.º 1/94, a empresa **JFR — Engenharia e Construções Ltda.** para que, **no prazo de 30 (trinta) dias, efetue e comprove o recolhimento do débito** que lhe é imputado, na Nota Técnica n.º 17/2019-DIFO (fls. 3/115 da Peça n.º 49, e-DOC 797106D5), **correspondente ao montante de R\$ 2.856.223,53** (SINDEC - valor atualizado até 17.01.2020), **que deverá ser atualizado na data de pagamento**; V – autorizar: a) a ciência desta decisão aos interessados, informando ao responsável indicado no item III.b que o julgamento das referidas contas e o exame das propostas de aplicação das sanções de multa e inabilitação mencionadas no relatório/voto do Relator serão realizados na próxima fase processual;” (Grifos acrescidos)*

3. A empresa JFR Engenharia e Construções Ltda., o Sr. Fábio Rossignoli Marques e o Sr. André Luiz Oliveira Vaz foram devidamente **cientificados**² das determinações da Corte de Contas.

4. Cumpre informar que quando da cientificação da empresa JFR Engenharia e Construções Ltda., foi informado³ o falecimento do Sr. Froylan Pinto Santos, representante legal da empresa à época demais.

5. Assim, Serviço de Expedição de Mandados informou que consta no quadro societário da empresa JFR Engenharia Construções Ltda. o nome da empresa Organizações Froylan Ltda. (CNPJ 23.287.305/0001-21), cujo quadro societário apresenta a Sra. Mirian Santos Cirne (CPF 344.230.955-75) como sócia administrativa.

6. Nesse sentido, considerando que a empresa continua ativa e que o representante legal da empresa, Senhor Igor Viana Reis, OAB/DF n.º 45.274, foi devidamente cientificado os autos podem seguir normalmente o trâmite.

1. Decorrido o prazo para recolhimento do débito, **não houve manifestação quanto a comprovação do efetivo recolhimento do débito ou manifestação quanto ao seu parcelamento.**

2. O Corpo Instrutivo, por meio da **Informação n.º 103/2021 – SECONT/1ªDICONT**⁴, sugeriu ao **Plenário** que:

“I. tomar conhecimento do recibo de expediente a que se refere o e-DOC 7AD65AE7-C;

² Peça 55 à 63

³ e-DOC DD6B2402 (Peça 60)

⁴ e-DOC 039217C1 (Peça 64)



MPCDF

Proc.:
34309/2016-e

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

II. julgar, com fulcro no art. 17, III, “c”, da LC nº 1/1994, irregulares as contas da empresa JFR Engenharia e Construções Ltda. (CNPJ 04.657.597/0001-00) no que tange ao objeto desta TCE;

III. notificar, com fundamento no art. 211 do Regimento Interno do TCDF, os responsáveis pela empresa nominada no inciso anterior para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham aos cofres do Distrito Federal o débito apurado, o qual deverá ser atualizado na data do efetivo pagamento, nos termos do art. 213 do mesmo normativo;

IV. desde logo, autorizar a aplicação do previsto no art. 29 da LC nº 01/1994, no caso do não recolhimento do débito;

V. deliberar sobre a aplicação de sanção e/ou multa ao Sr. André Luiz Oliveira Vaz (CPF 606.990.781-72), com base nos arts. 56 e 60 da LC nº 1/1994, de acordo com determinação exarada no item V, “a”, da Decisão nº 2151/2020;

VI. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.” (Grifos acrescidos)

7. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas para manifestação.

8. É o relatório. Passo a opinar, destacando que atuo no presente feito em **substituição**, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na r. Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.

9. Desse modo, ao abrigo das informações colacionadas ao feito, este **MPC/DF** aquiesce com a sugestão para que **Plenário** acate as sugestões contidas na **Informação nº 103/2021 – SECONT/1ªDICONTE**, o que evoca a aplicação do consectário legal especificado no **art. 20, caput**, e no **art. 56**, da referida LC.

10. Ante o exposto, o Ministério Público de Contas **converge** com as sugestões apresentadas pela zelosa Unidade Técnica.

É o Parecer.

Brasília, 27 de maio de 2021.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador em substituição